

Onda Negra, Medo Branco

Azevedo, Célia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 267 p.

LOURIVAL BATISTA DE OLIVEIRA JÚNIOR(*)

O ano de 1988 será marcado pelas comemorações do centenário da abolição. Com certeza serão lançadas importantes colaborações para o estudo do escravismo e seu processo de desintegração. Em 1987, já foram editados vários livros que abordam a questão do escravismo e um interessante trabalho desta safra é sem dúvida *Onda Negra, Medo Branco* de Célia Maria Marinho de Azevedo. O livro é uma versão modificada da dissertação de mestrado da autora, defendida em maio de 1985, no Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Para a consecução do trabalho, a autora valeu-se de uma ampla bibliografia que incluiu desde a historiografia clássica até os próprios livros que ajudaram a constituir-la. O livro recorre também aos anais legislativos e relatórios de chefes de polícia e presidentes da província de São Paulo. Para complementar o trabalho a autora utilizou-se de jornais, dando grande destaque ao jornal *A Redempção*, do abolicionista Antonio Bento.

O trabalho procura estudar a formação do mercado livre em substituição ao escravo, porém de uma ótica muito peculiar: a do medo. Como bem destaca Peter Eisenberg no prefácio do livro, a questão colocada para a elite desde meados do século XVIII é “*O que fazer com o negro?*”, este debate não se dá por acaso; a preocupação dessa elite é como promover uma transição segura, sem perder poder, nem ser arrasada pela população negra e oprimida em geral.

O fio condutor do trabalho é a forma pela qual a elite pensou e trabalhou

(*) *Mestrando do IPE/USP*

os seus projetos em relação às classes dominadas e como a ação destas obrigou a alteração e a criação de novos projetos. Consideremos resumidamente algumas idéias que estão presentes no livro, seguindo as partes em que ele foi dividido.

A introdução deixa manifesto o temor presente nos "bem-pensantes", diante da possibilidade do descontrole social. Uma pequena história apresentada nas duas primeiras páginas já nos dá um pouco da dimensão deste temor, convencendo-nos de sua existência de modo marcante. Também é registrada a "dificuldade de se recuperar o medo como dimensão da história". Apesar da originalidade da abordagem, a autora faz questão de deixar claro que escolher o tema tratado não foi uma opção de estudo feita ao acaso, esta nasceu a partir de uma omissão instigante presente em nossa historiografia, ou seja, com o advento da abolição observamos o quase esquecimento do negro e de seus problemas e a eleição do imigrante como objeto privilegiado de estudo:

"Até meados da década de 1880 temos como enfoque privilegiado a escravidão, o negro e sua rebeldia, o movimento abolicionista e as sucessivas tentativas imigrantistas, enfim, o chamado momento de transição para o estabelecimento pleno do trabalho livre. A partir da data da abolição, o tema da transição deixa subitamente de existir e o negro, como que num passe de mágica, sai de cena, sendo substituído pelo imigrante europeu. Simultaneamente a esta troca de personagens históricos, introduzem-se novos temas, tais como desenvolvimento econômico industrial, urbanização e formação da classe operária brasileira com base numa população essencialmente estrangeira" (p. 20).

Ainda na introdução, a autora coloca como necessária de ser respondida a seguinte questão: até que ponto a visão que a historiografia tem do negro como elemento incapaz para o trabalho livre não foi herdada do próprio discurso imigrantista?

No capítulo II *Em busca de um povo*, temos um painel dos projetos de reformadores que procuravam manter a ordem social ao mesmo tempo que encaminhavam a um destino útil a população livre ou a ser libertada.

Analisa-se primeiros os *projetos emancipacionistas* que procuravam integrar ao mundo do trabalho os homens livres, ex-escravos ou não, inclusive as mulheres, através de coação e disciplinamento a serem promovidos pelo Estado. Em seguida os *projetos imigrantistas*, inspirados nas teorias científicas raciais, que buscavam substituir o elemento negro livre pelo europeu e, com o tempo, até mesmo o próprio escravo. A idéia de purificar a população nacional

e elevá-la a níveis superiores é a síntese do pensamento racista presente nos projetos imigrantistas. Finalmente, são estudados os *projetos abolicionistas* que diferenciavam-se dos emancipacionistas, na medida em que estes últimos viam a questão do fim da escravidão de uma perspectiva longínqua, enquanto os abolicionistas partiam da percepção de que o futuro sem escravidão estava se aproximando; existe uma frase do Senador liberal Souza Franco que expressa bem a percepção dos abolicionistas:

“ *Percorremos um plano inclinado, em cuja descida parar é cair, e voltar atrás impossível*” (p.90).

No capítulo II, *Os políticos e a “Onda Negra”*, discutem-se os condicionamentos da vitória da opção imigrantista. Ao tratar da batalha contra o tráfico interno a autora afirma que o temor suscitado pela “onda negra”, ou seja, a multidão de escravos transportados para São Paulo,

“*esteve na raiz das motivações que impulsionaram os deputados provinciais a se mobilizarem numa forte e decisiva corrente imigrantista*” (p. 111).

A imagem do negro mau, vindo do Norte, é parte integrante de muitos discursos parlamentares, assim como os constantes relatos apresentados ao parlamento de histórias de crimes praticados por escravos contra seus senhores, principalmente no Oeste Paulista, devido à crescente concentração de escravos nesta região.

Ainda neste capítulo, Célia Marinho destaca os debates que foram travados discutindo-se o aproveitamento do nacional livre; os defensores da posição do aproveitamento procuravam desqualificar o imigrante e propor estratégias para a consecução de seus objetivos. Discute-se também no mesmo capítulo a escolha final pela cor branca e o repúdio aos “chins”, além do abandono da idéia de se aproveitar o trabalhador nacional.

Hipótese importante e central neste capítulo é a de que o imigrantismo tem sua origem nas lutas de resistência do escravo.

“ *Quero com isso sugerir que os deputados provinciais de São Paulo foram sendo impulsionados para uma postura imigrantista e mais abertamente racista à medida que se avolumavam a indisciplina e rebeldia dos escravos com a recrudescência de ódios seculares*” (p. 159).

O capítulo III, *O “Não Quero” dos escravos*, trata das formas de resistên-

cia dos escravos, criticando as perspectivas que atribuem um papel passivo aos mesmos e que comumente vêem nos escravos uma incapacidade de conferir sentido político a suas ações. O capítulo aborda os crimes de escravos e a ineficácia da própria legislação penal no sentido de coibir as ações criminosas dos cativos; a partir do momento que a transferência para as galés torna-se a pena máxima passível de ser imputada, alguns escravos preferem “optar” por esta alternativa de vida. A autora apresenta uma série de casos ilustrando esta opção.

“ Segundo o chefe de polícia Joaquim José do Amaral, os escravos costumavam até mesmo dizer ao juiz durante a inquirição das causas do crime: *Matei para servir ao Rei! Matei para sair do cativo!*” (p. 196).

A autora também rememora as revoltas, fugas e o apoio popular, mostrando o enfrentamento direto e indireto dos negros e o desaparecimento relativo do aparato repressivo-policial, diante da dimensão do problema.

Destaca-se, ainda, que com o despovoamento das fazendas – devido a fugas e abandonos –, aos políticos não restou qualquer alternativa senão lutar por uma saída que não acarretasse mais traumas, isto é, a decretação legal da abolição. Célia Marinho cita o deputado Campos Salles que calculou existirem em Janeiro de 1988 apenas um terço da antiga população escrava na condição de cativos plenos.

No último capítulo, *Abolicionismo e controle social*, encontramos a caracterização dos abolicionistas como indivíduos preocupados com a realização de uma transição sem problemas, onde a ordem, apesar de tudo, deveria ser mantida. A ação dos abolicionistas não é tida como revolucionária mas sim moralizadora e reformista. O controle social do negro era objetivado pelo interesse dos abolicionistas na integração do negro livre ao mercado de trabalho.

Para a autora, os abolicionistas só vão radicalizar suas ações às vésperas da abolição – os abolicionistas do jornal *A Redenção* só fecharam questão pela abolição imediata e incondicional em outubro de 1987 – e isto, para evitar que as ações e paixões dos escravos, agora sem nenhum freio, pudessem sair fora do controle.

Na conclusão do livro, Célia Marinho reforça a idéia de que o imaginário das elites do século passado, a respeito do negro, sobreviveu e chegou até o século XX, influenciando a historiografia e até mesmo militantes do movimento negro. Enfim, o trabalho nos alerta para a necessidade de tomarmos precauções em relação às idéias preconcebidas, nascidas em grupos que de várias formas tentaram ao longo da história impor suas vontades e versões de mundo.